

Juíza transfere processo contra Lula para Sérgio Moro

Juiz da Lava Jato vai decidir sobre prisão de ex-presidente



A juíza Maria Priscilla Veiga de Oliveira, da 4ª Vara Criminal de São Paulo, encaminhou à 13ª Vara Federal de Curitiba o processo que apura se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva cometeu crime de lavagem de dinheiro. Na semana passada, o Ministério Público de São Paulo ofereceu denúncia e pediu a prisão preventiva de Lula sob a acusação de que o ex-presidente é o proprietário oculto de um apartamento triplex no Guarujá, litoral paulista.

Na decisão, Maria Priscilla justifica que os possíveis delitos relacionados ao imóvel estão sob apuração da Operação Lava Jato e devem ser investigados dentro do contexto do esquema nos inquéritos abertos na esfera federal. Com isso, o processo passará a integrar o conjunto sob responsabilidade do juiz federal Sérgio Moro. ●

Eleição da comissão do impeachment será quinta



O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ - foto), disse na tarde desta segunda-feira qualquer que seja a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento dos embargos de declaração do rito do impeachment, no dia seguinte, quinta-feira, 17, haverá eleição para comissão processante na Casa. "Vamos tocar com celeridade porque temos a obrigação de fazê-lo, até para que não se diga que está obstruindo um processo desse. Esse processo tem que andar, tem que encerrar", defendeu. Assim

que for concluído o julgamento no STF, a intenção de Cunha é dar um prazo de 24 horas para que os partidos indiquem os nomes que comporão o grupo. Se a Corte alterar o rito e permitir a chapa avulsa, por exemplo, será necessário apenas receber os nomes governistas que complementarão a parte da comissão eleita em dezembro. ●



15 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS



Ivonei Sfoggia, Cláudio Esteves
e Fernanda Garcez concorrem ao cargo

MP-PR envia lista tríplice para procurador-geral

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) enviou ao governador Beto Richa (PSDB) nesta segunda-feira (14) a lista tríplice para o cargo de procurador-geral de Justiça. O governador deve escolher um dos três nomes para assumir o cargo para o próximo mandato de dois anos.

A lista tríplice foi elaborada a partir dos votos de 709 membros do MP-PR, que podiam escolher até três nomes. O mais votado foi o procurador Ivonei Sfoggia, com 473 votos, seguido do procurador Cláudio Rubino Zuan Esteves, com 284 votos e pela promotora Fernanda Nagl Garcez, com 274. ■

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

A ascensão do Super-Moro

BRASÍLIA - Depois do Pixuleco e do pato da Fiesp, um novo boneco inflável animou as manifestações de domingo. Movimentos contrários ao governo apresentaram o Super-Moro, vendido a R\$ 10 nas esquinas da avenida Paulista. O brinquedo trazia nas costas a expressão "Caça CorruPTos", numa referência ao partido que governa o país desde 2003.

Retratado como super-herói, o juiz foi o grande ícone dos protestos de oposição. No Rio, um trio elétrico que amplificava discursos contra o governo exibia a faixa "Je suis Moro". Em Curitiba, ativistas distribuíram 10 mil máscaras com o rosto do magistrado. Em Nova York, um grupo de brasileiros entoou o coro "Moro guerreiro/ do povo brasileiro".

Moro saboreia uma notoriedade surpreendente para um juiz de primeira instância. Nem o ministro Joaquim Barbosa, que chegou à presidência do STF, ostentou tanto apoio popular quando julgou o mensalão.

O juiz da Lava Jato não aparentou nenhum constrangimento com o culto à sua personalidade. Pelo contrário: na noite de domingo, ele divulgou nota em que agradece "a bondade do povo brasileiro" e pede que os partidos "ouçam a voz das ruas".

"Fiquei tocado pelo apoio às investigações", escreveu. É uma manifestação inusitada porque um juiz não deveria buscar fama nem se misturar com investigações de procuradores e policiais. Enquanto a lei não mudar, seu papel é analisar provas e decidir de forma imparcial.

Moro virou em herói num dia em que políticos do PSDB, como Aécio e Alckmin, foram vaiados na rua. Ontem ele ganhou ainda mais poder com a decisão da juíza paulista que enviou para Curitiba o caso que envolve Lula e o tríplice. Sua ascensão é um fenômeno a ser estudado.

Não é exagero dizer que o desfecho da crise passará pela caneta do juiz paranaense. Na semana passada, Moro declarou que não tem ligação nem preferência partidária. Ele participava de um evento do Lide, entidade do tucano João Doria.

15 MAR 2016

15 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juíza envia ação para Moro, e Lula deve virar ministro

Petista pode se tornar articulador do governo
e ganhar foro privilegiado

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve aceitar o convite da sucessora Dilma Rousseff para se tornar ministro, informa **Mônica Bergamo**. O PT sugeriu a nomeação logo depois que Lula foi conduzido para depor por ordem judicial, no último dia 4.

A decisão do ex-presidente, que pode ir para a Secretaria de Governo, depende de uma conversa com Dilma e de ela aceitar exigências que serão feitas por ele. Se assumir a pasta, Lula terá foro privilegiado, e processos a que responde migrarão para o Supremo.

Nesta segunda (14), a juíza Maria Priscilla Veiga Oliveira, incumbida de decidir sobre o pedido de prisão do ex-presidente feito pela Promotoria de São Paulo, transferiu o caso para o juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato em Curitiba.

Dilma se reuniu com líderes do PMDB para cobrar fidelidade. O diretório do partido em Santa Catarina, porém, entregou os cargos.

15 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juíza repassa a Moro denúncia contra ex-presidente

A juíza da 4ª Vara Criminal de São Paulo Maria Priscilla Ernandes Veiga Oliveira decidiu que a denúncia e o pedido de prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do triplex em Guarujá devem tramitar no âmbito da operação Lava Jato, que está sob responsabilidade do juiz Sergio Moro, de Curitiba.

Em seu despacho, a juíza afirmou que o Ministério Público de São Paulo não apontou os supostos crimes que teriam antecedido a lavagem de dinheiro em favor de Lula e que a apuração sobre a existência de tais delitos está a cargo da Lava Jato.

Se Moro concordar com o entendimento de Oliveira, a condução da acusação deixará a Promotoria paulista e passará à força tarefa de procuradores em Curitiba.

O Ministério Público de São Paulo havia pedido a prisão do ex-presidente em denúncia apresentada na última quarta (9), na qual ele foi acusado de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.

No despacho, a juíza afirmou que não havia urgência em decidir sobre o pedido de prisão preventiva de Lula pois o próprio Ministério Público paulista teria dado publicidade ao requerimento.

Em nota, os promotores Cassio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Araujo afirmaram que o caso não deve ser transferido para Curitiba pois "os fatos têm origem e relação com a Cooperativa Habitacional dos Bancários, aqui sediada".

Segundo os promotores, crimes como estelionato e lavagem de dinheiro ligados à propriedade do imóvel apontados na denúncia são de competência estadual.

A defesa de Lula afirmou que apresentará recurso contra a decisão da juíza. Segundo os advogados do ex-presidente, o triplex está localizado em São Paulo e, por isso, o caso deve tramitar na Justiça paulista. Os defensores negam o envolvimento de Lula em crimes ligados ao imóvel.

(PAULA REVERBEL E FLÁVIO FERREIRA)

15 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Defesa de Okamoto critica Moro em manifestação ao STF

DE BRASÍLIA - Em manifestação enviada ao STF (Supremo Tribunal Federal), a defesa do presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, acusou o juiz Sergio Moro de ferir a lei e pede que o tribunal retire as investigações sobre a entidade do âmbito da Operação Lava Jato.

De acordo com os advogados, as doações e pagamentos ao instituto para palestras do ex-presidente Lula, foram realizados em São Paulo, portanto, a competência seria da Justiça paulista.

“O que a autoridade reclamada [Moro] tem feito é atropelar os procedimentos, vilipendiar as regras, tudo sob o pretexto de ‘combater a corrupção’ e fazer cumprir a lei. Ironicamente, viola-se a lei para fazer cumprir a lei”, diz o texto.

A defesa de Paulo Okamoto afirma a falta de “ausência de contenção dessa conduta” permite que Moro “almeje se transformar em força política, que desafia os poderes constituídos, legitimamente eleitos pelo voto direito”.

O texto evoca a ditadura militar iniciada em 1964, afirmando que ela também “tinha com bandeira essa cruzada moral ‘contra a corrupção’”.

15 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

LUÍS ROBERTO BARROSO

Planalto e oposição procuram relator de rito do impeachment

DE BRASÍLIA - Às vésperas do julgamento que deve destravar o processo de impeachment de Dilma Rousseff no Congresso, o Palácio do Planalto e líderes da oposição solicitaram reuniões com o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso, relator dos recursos que questionam o rito definido pelo tribunal para o pedido de afastamento da petista.

Barroso recebeu na segunda (14) o ministro José Eduardo Cardozo (Advocacia-Geral da União). Deve receber ainda o deputado Wadih Damous (PT-RJ), próximo a Lula. O ministro também tem agenda com líderes da oposição. As reuniões foram divulgadas no site do tribunal.

A expectativa da oposição é que haja mudança na decisão, permitindo que a comissão do impeachment seja eleita em votação secreta, com a participação de chapas avulsas. Na quarta (16), os ministros devem julgar o recurso. Segundo interlocutores, Barroso não tem demonstrado disposição de rever seu voto, que firmou a maioria e impôs derrota à Câmara.

Ex-ministro de FHC vira réu em ação por lavagem de dinheiro

DE BELO HORIZONTE - Ministro das Comunicações no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), João Pimenta da Veiga (PSDB) se tornou réu em ação movida pelo Ministério Público Federal que o acusa de lavagem de dinheiro.

O processo foi acolhido pela 4ª Vara Federal de Belo Horizonte. Segundo a denúncia, Pimenta da Veiga recebeu R\$ 300 mil de agências de publicidade de envolvidos no mensalão.

Em depoimento, ele afirmou que os recursos são referentes a serviços de consultoria empresarial. Em nota, o advogado dele, Sânzio Nogueira, declarou que vai "corrigir a descabida acusação" na Justiça.

PAINEL

Visita à Folha Francisco Falcão, presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), visitou ontem a **Folha**. Estava acompanhado de Douglas De Felice, secretário de Comunicação.

15 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Lula deve assumir cadeira no governo para escapar da mão forte de Moro

Juíza responsável pelo pedido de prisão do ex-presidente decide enviar a denúncia do MP de São Paulo para o juiz Sergio Moro

● A juíza Maria Priscilla Ernandes Veiga Oliveira, da 4.^a Vara Criminal Central de São Paulo, decidiu encaminhar para a 13.^a Vara Federal de Curitiba, presidida pelo juiz Sérgio Moro, a denúncia e o pedido de prisão preventiva contra o ex-presidente Lula, proposto pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP).

A decisão da juíza deve precipitar a entrada de Lula no primeiro escalão do governo federal. O objetivo é ganhar foro privilegiado — o processo seguiria para o Supremo Tribunal Federal — e fôlego político para se defender das acusações de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e integrar organização criminosa, conforme a denúncia do MP-SP.

Ministério

Interlocutores do Palácio do Planalto informaram que o ex-presidente viajará a Brasília, nesta terça (15) ou quarta-feira (16), para discutir o assunto com a presidente Dilma Rousseff. O petista pode ir para a Casa Civil, ocupada por Jaques Wagner, ou para o ministério da Secretaria de Governo, comandada por Ricardo Berzoini.

O mais provável é que Lula aceite comandar a Secretaria de Governo, onde assumiria a articulação anti-impeachment. Embora seja mais forte, a Casa Civil tem atribuições mais burocráticas. Se isso se confirmar, Berzoini reassume seu mandato de deputado federal, para ajudar na busca de votos anti-impeachment.

O ministro Jaques Wagner disse que o Planalto aguarda a resposta do ex-presidente Lula. A dificuldade é convencer a opinião pública de que Lula está indo para o entorno de Dilma para ajudá-la, e não para fugir de Moro, que tem sido muito rigoroso no comando das

investigações da Lava Jato.

Ao declinar da competência no processo de Lula, a juíza Maria Priscilla citou a suspeita do MP Federal de que “benefícios concedidos pelas empreiteiras ao ex-presidente” poderiam estar relacionadas “ao esquema da Petrobras, o que, por sua condição, tendo parte dos fatos ocorridos durante o mandato presidencial, justifica, por si só, a competência federal”.

Entre os benefícios supostamente concedidos ao ex-presidente, a juíza cita a cessão de um apartamento triplex no Edifício Solaris, no Guarujá, reformas no mesmo imóvel e um sítio em Atibaia usado por Lula em momentos de lazer.

Em nota, os advogados de Lula, Roberto Teixeira e Cristiano Zanin Martins, escreveram que vão entrar com pedido de impugnação à decisão da juíza, por entender que “não há qualquer elemento concreto que possa vincular o triplex ou a suposta reforma realizada neste imóvel ‘a desvios da Petrobras’”.

“Pelo andar da carruagem, nós estamos nos preparando para um salvador da pátria. Como não acreditar nele, acho que estamos nos preparando para a criminalização da política.”

Jaques Wagner, ministro da Casa Civil, em referência a Sergio Moro.

CONTINUA

15 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

INTERROGADO

Ex-presidente Lula fala 'não sei' 41 vezes em depoimento à PF

● Em 3 horas e 35 minutos de depoimento à Polícia Federal (PF) no último dia 4, Luiz Inácio Lula da Silva balançou a cabeça negativamente, respondeu "não sei" ou "faço questão de não saber" ou variações destas respostas em pelo menos 41 ocasiões. O alegado desconhecimento do ex-presidente abrange, sobretudo, temas operacionais de sua empresa de palestras, quanto é o faturamento, qual é a despesa ou como são feitos os contratos. Presidente de honra do instituto que leva o seu nome, Lula também alegou não saber como são captadas as doações milionárias de empresas que financiam a entidade desde 2011. "Nem no instituto nem em casa eu cuido disso, em casa tem uma mulher chamada dona Marisa que cuida e no instituto tem pessoas que cuidam", respondeu. Segundo ele, seu distanciamento foi decidido para dar mais autonomia aos diretores do instituto. O desconhecimento proposital também abrange suas campanhas. Indagado sobre a abordagem de José de Filippi, tesoureiro das campanhas presidenciais de 2006 e 2010, para pedir doações às empreiteiras, Lula sugeriu que o delegado da Polícia Federal fosse atrás dos dados da Justiça Eleitoral.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Impedido de exercer o cargo, Wellington Lima e Silva deixou nesta segunda (14) o Ministério da Justiça. Assumirá a pasta o subprocurador geral da República, Eugênio de Aragão. Ele é integrante do Ministério Público Federal desde 1987, ou seja, antes da Constituição Federal de 1988, que proíbe membros do MP de exercerem outra função pública a não ser a de professor.

15 MAR 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA



Wanderlei Silva posou junto a alguns policiais militares que trabalhavam na manifestação de domingo. O grupo fez questão de aparecer ao lado do lutador de MMA, e ainda fez pose.

Tietando o japonês

O empresário Glaucio Geara foi ontem à Polícia Federal renovar seu passaporte. Ao entrar na recepção, deu de cara com Newton Ishii, o popular agente que acompanha os presos da Operação Lava Jato. Foi o que bastou para ambos tirarem uma foto.

Reconhecido no meio da multidão

José Lucio Glomb, ex-presidente da OAB-PR e atual dirigente do Instituto dos Advogados do Paraná, filmava com seu celular a manifestação de domingo na Boca Maldita quando foi reconhecido pelo jovem que estava ao microfone de um dos caminhões de som que comandavam a passeata. "Meu querido Glomb, o advogado Glomb, ex-presidente da OAB. Parabéns pela OAB do Paraná que apoiou o impeachment da Dilma", disse ele. "Não estivesse praticamente sem voz tinha subido no caminhão", disse o advogado à coluna.

Incompetência ou desafio à Constituição?

A novela da nomeação do novo ministro da Justiça terminou nesta segunda-feira. Wellington César Lima e Silva entregou o cargo à presidente Dilma Rousseff, que escolheu para a pasta o subprocurador-geral da República, Eugênio Aragão. Com isso, a presidente espera poder passar uma borracha em uma de suas últimas trapalhadas.

Fragilizada pelo “fogo amigo” ateado pelo padrinho Lula, Dilma viu-se obrigada a dispensar os serviços de José Eduardo Cardozo, acusado de não exercer a suposta autoridade que teria para conter a atuação da Polícia Federal na Operação Lava Jato. Para seu lugar no Ministério da Justiça, Dilma nomeou Lima e Silva, procurador do Ministério Público da Bahia — indicação do amigo Jaques Wagner, ministro-chefe da Casa Civil.

Ao aceitar a sugestão, Dilma errou e deu à oposição um novo motivo para fustigá-la: o nomeado, por ser membro do MP concursado após a Constituição de 1988, se antes não se demitisse da carreira, estaria impedido de exercer qualquer outra função (com exceção do magistério) em outro poder, segundo o artigo 128 da Carta Magna. A oposição foi rápida em detectar o erro e ingressou na Justiça, pedindo a “desnomeação” do novo ministro. Um juiz de primeira instância concordou com a nulidade da nomeação, mas um desembargador concedeu liminar para permitir a permanência de Lima e Silva no ministério.

Na quarta-feira passada, o STF fez valer a Constituição e deixou explícito o erro de Dilma: por 10 a 1, a corte decidiu que Lima e Silva não poderia assumir a

pasta se permanecesse integrando o MP. Nesta segunda-feira houve a publicação da ata do julgamento, e Lima e Silva nem precisou do prazo de 20 dias para tomar uma decisão, entregando o cargo — Aragão, recorde-se, também é do MP, mas ingressou no órgão antes da promulgação da Constituição, escapando da proibição legal.

O STF já tinha firmado jurisprudência a respeito do tema ao julgar, em 2007, um caso paranaense. Ocupava a Secretaria de Segurança Pública do governo de Roberto Requião o promotor Luiz Fernando Delazari, licenciado do MP para servir no Executivo. Coube ao ministro Ricardo Lewandowski, atualmente presidente do STF, decidir sobre a questão, e o fez reconhecendo que membros do MP estão mesmo impedidos de assumir funções de secretário de Estado ou de ministro — a simples licença não bastaria para tornar legal sua nomeação. No entendimento de Lewandowski, a nomeação de membros do MP para cargos comissionados em outro poder resultaria num “indesejável vínculo de subordinação de seus ocupantes com o Executivo, colocando em risco um dos mais importantes avanços da Constituição Federal de 1988, que é precisamente a autonomia do Ministério Público”. No fim, Delazari permaneceu secretário, deixando a carreira de promotor público.

CONTINUA

15 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O processo de desmanche gerencial, político e popular do governo Dilma seria motivo suficiente para que a presidente procurasse evitar a todo custo qualquer novo erro na condução dos seus atos. O passado de trapalhadas já a condena à pena perpétua de figurar dentre os piores administradores do país; com um pouco mais de cuidado, ela poderia atenuar as pegadas que marcarão seu futuro, mas não foi o que ocorreu. Embora a Constituição seja clara e apesar do precedente julgado pelo STF, Dilma não tomou o cuidado necessário ao nomear o amigo do seu chefe da Casa Civil, que por sua vez é amigo de Lula — aquele mesmo que a pressionou para defenestrar Cardozo. A ação entre amigos, cor-religionários políticos, pode ser sinal de aparelhamento do Estado — e o constrangedor episódio de dúvida jurídica em relação à nomeação de Lima e Silva sem dúvida se enquadra nesta categoria. É justamente o aparelhamento que permite questionar: Dilma tinha sido apenas incompetente ao ignorar o veto constitucional à nomeação que pretendia fazer, ou quis mais uma vez passar por cima da lei e das instituições de forma deliberada?

15 MAR 2016

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Tema está na pauta do Supremo Tribunal

Joana Neitsch

● Em meio ao calor das manifestações, o debate sobre a mudança do sistema de governo no Brasil entrou em questão com a pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) desta semana. Deve ser julgada uma ação sobre a constitucionalidade de o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição sobre a mudança de sistema de governo. Juristas entrevistados consideram que essa alternativa pode ser válida para modificar o modo como o poder está concentrado no Executivo, mas não pode ser feita a toque de caixa: há todo um rito democrático. A interpretação dos juristas é de que apenas uma nova consulta popular poderia levar à alteração.

15 MAR 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



15 MAR 2016

GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO PUBLICANO

Força-tarefa vai apurar se corrupção na Receita beneficiou reeleição de Richa

Governador estava blindado por foro especial, mas Superior Tribunal de Justiça autorizou investigação

Felippe Anibal

● O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) vão investigar se o esquema de corrupção na Receita Estadual revelado na Operação Publicano abasteceu a campanha do governador Beto Richa (PSDB). Na última semana, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a abertura de inquérito contra o tucano, que estava blindado por ter foro especial. O principal delator do caso, o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, apontou que parte do dinheiro desviado foi direcionada para a reeleição de Richa.

As investigações da Publicano foram deflagradas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público do Paraná.

No MPF, as investigações serão centralizadas na Procuradoria-Geral da República (PGR), sede adminis-

trativa do órgão. Como de praxe, os procuradores têm 20 dias para ouvir testemunhas e pessoas envolvidas no esquema. Ainda não se sabe se Richa prestará depoimento nesta fase e se as oitivas serão realizadas no Paraná ou em Brasília.

Oficialmente, a PF não se manifestou sobre o caso. Extraoficialmente, no entanto, a reportagem apurou que um inquérito seria instaurado para apurar as menções ao governador do Paraná. Em ambos os procedimentos, eventuais solicitações especiais — como quebra de sigilo, pedidos de busca ou de prisão — terão que passar pelo crivo do STJ.

“Pessoas que têm foro por prerrogativa de função, como é o caso do governador, não são investigadas perante um juiz, mas perante órgãos. Neste caso, o

STJ. Então, todos os pedidos devem ser analisados por este tribunal”, explica o advogado Thiago Bottino, professor de direito da FGV-Rio.

O coordenador do Gaeco, procurador Leonir Batisti, disse que a PGR já tem uma cópia dos autos e que, a partir de agora, aquele órgão terá condições de aprofundar as investigações iniciadas no Paraná e apurar a conduta de Richa.

“Nós [o Gaeco] ficamos impedidos legalmente de prosseguir com as apurações para confirmar a veracidade daquilo que havia sido dito em relação ao governador. Isso tumultua, porque parou por três meses a investigação quanto a ele [Richa]”, disse Batisti. “Agora, eles [PGR e PF] vão avançar para ver se comprova a participação do governador”, completou.

“NÃO A TEMER”

Procurada pela reportagem, a assessoria do governador Beto Richa (PSDB) reenviou a nota que havia divulgado na sexta-feira (11). “Não tenho nada a temer. Todas as doações recebidas pela minha campanha foram legais e declaradas à Justiça. Não houve qualquer contribuição de origem ilícita ou, principalmente, oriunda de desvio de conduta de fiscais da Receita Estadual. Sou o maior interessado no esclarecimento completo dos fatos. Confio na Justiça”, diz a nota.

CONTINUA

15 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Defesa pede proteção reforçada ao delator da Publicano

LONDRINA

Marcus Ayres

Especial para a Gazeta do Povo

● A defesa do auditor fiscal Luiz Antônio de Souza pediu à Justiça reforço na proteção de seu cliente, que segue preso na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) por crimes sexuais. O requerimento foi feito na sexta-feira (11), logo após o Superior Tribunal de Justiça autorizar a investigação sobre o suposto envolvimento do governador Beto Richa (PSDB) no esquema revelado pela Operação Publicano. No pedido, o advogado Eduardo Duarte Ferreira alega "razões de extrema cautela" e afirma temer "pela integridade física" de Souza, que estaria recebendo ameaças dentro da cadeia. No requerimento entregue ao juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, a defesa pede para que o auditor tenha "isolamento absoluto" na PEL e que sua cela seja monitorada por câmeras de segurança. Também foi solicitada a adoção de uma dieta especial, com alimentos feitos fora da penitenciária e fornecidos diretamente pela família do delator.

15 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Olho Vivo

PRESENTEDOMP1

O governador Beto Richa recebeu de presente a lista tríplice votada ontem no Ministério Público para escolha do novo Procurador Geral de Justiça, em substituição ao atual, Gilberto Giacoia. Felizmente (para Richa) o vencedor, com 473 votos, foi o procurador Ivonei Sfoggia. Em segundo ficou o procurador Cláudio Esteves (284 votos). A promotora Fernanda Garcez ficou em terceiro (274).

PRESENTEDOMP2

Sfoggia obedece à liderança do procurador Olympio Sotto Maior, que maneja com habilidade o jogo político interno do MP como se estivesse no comando de um joy-stick. A assunção do novo procurador-geral, que toma posse no fim do mês para um mandato de dois anos, consagra a permanência que já dura 20 anos do mesmo grupo à frente da instituição.

PRESENTEDOMP3

Embora não fosse obrigado a nomeá-lo caso Cláudio Esteves tivesse figurado em primeiro lugar, Richa sofreria algum constrangimento se não o fizesse. É que Esteves, quando promotor em Londrina no ano passado, foi quem abriu a Operação Publicano – aquela que desvendou o esquema milionário de propinas na Receita Estadual e que levou à cadeia o primo distante Luiz Abi e o co-piloto Marcio Lima. Tê-lo agora como procurador-geral não seria uma boa ideia.

CODORNA

Enquanto o circo pega fogo no país, deputados estaduais dedicam seu tempo a propor projetos de duvidosa serventia. Na sessão de ontem, por exemplo, o presidente da Assembleia, Ademar Traiano, apresentou um que inclui no calendário o Dia do Frango com Polenta e Codorna, comemorado em Chopinzinho, no Sudoeste. Outro parlamentar quer conceder a Curitiba o título de Capital Nacional da Lava Jato. Pergunta-se: no que eles ajudam a melhorar a vida do povo?

15 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mentir sobre o estado civil não anula contrato de avalista, diz TJ-RS

Embora não seja válida a fiança concedida sem o consentimento da mulher, não há como reconhecer a nulidade de um contrato se o marido se declarou solteiro perante o credor, depondo contra o princípio da boa-fé. Por isso, a 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul confirmou, na íntegra, sentença que validou a garantia dada pelo ex-companheiro da parte autora a um banco. Com a improcedência da ação, a Justiça cassou a liminar que impedia o leilão do imóvel pelo credor fiduciário.

A autora contou à Justiça que viveu em regime de união com o ex-companheiro entre março de 1996 e novembro de 2008, período em que ambos adquiriram o referido imóvel. Nesse intervalo, o homem serviu de avalista de uma dívida no valor de R\$ 220 mil, contraída por sociedade empresária da qual fazia parte, oferecendo o imóvel como garantia. Como a dívida foi executada, em função do inadimplemento do contrato bancário, a mulher tentou anular a fiança e a hipoteca sobre o imóvel que reside, alegando ausência de consentimento — a chamada outorga uxória.

O juiz Jefferson Torelly Riegel, da 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, observou que o ex-companheiro da autora declarou, na cédula de crédito bancário e na matrícula do imóvel, ser divorciado. Além disso, não constam nos autos evidências de que a instituição financeira tivesse conhecimento dessa “inverdade”. Desse modo, prosseguiu, é preciso admitir que o banco agiu de boa-fé, e esta tem de ser protegida para manter a segurança das relações.

Em segundo lugar, afirmou o julgador, a dívida foi contraída em nome da empresa que tinha entre seus sócios o então companheiro da autora. Desse modo, pode-se presumir que o ato reverteu em benefício à família.

“Nesta esteira, não tem cabimento também a alegação de que seria bem de família e portanto impenhorável; primeiro, porque não se trata de penhora propriamente, mas de consolidação da propriedade plena decorrente da caracterização de inadimplência do devedor fiduciante; em segundo, porque o proprietário, ao constituir a garantia, automaticamente abre mão da proteção legal, mesmo porque se apresentaria ilógico que obtivesse recurso forrando a credora de uma garantia da qual não viria a usufruir”, explicou Riegel na sentença.

O juiz convocado Alex Gonzalez Custódio, que atuou como relator e desacolheu a apelação da autora na corte, considerou o contrato com o banco perfeito, válido e eficaz. Destacou que a

boa-fé é essencial na formação e na execução dos contratos, pois produz inúmeros reflexos no plano jurídico.

Tal como o juízo de primeiro grau, Custódio entendeu por incabível o pedido de impenhorabilidade do imóvel dado em garantia ao banco. “A Lei 8.009/1990 trata da impenhorabilidade do bem de família, jamais cogitando de sua inalienabilidade. Na alienação fiduciária de imóveis, o bem deixa de fazer parte da propriedade do devedor enquanto pendente o adimplemento contratual na forma do artigo 22 da Lei 9.514/1997”, concluiu. O acórdão foi lavrado na sessão de 3 de março.

15 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF PUBLICA ATA QUE SUSPENDE NOMEAÇÃO DE MINISTRO DA JUSTIÇA

O STF publicou ontem a ata do julgamento sobre o pedido do PPS para suspender a nomeação de Wellington César Lima e Silva para o cargo de ministro da Justiça. No último dia 9, por 10 votos a 1, a Corte decidiu que o ministro deve deixar o cargo em até 20 dias após a publicação da ata. Agora, o prazo começa a ser contado. Na sessão, os ministros seguiram o voto do relator, ministro Gilmar Mendes, e aceitaram o recurso do PPS. Eles entenderam que, por ter cargo vitalício de procurador do Ministério Público (MP) da Bahia, Silva não pode ocupar o ministério.

Aroldo Murá

LUÍZ FUX MINISTRARÁ AULA NA UNIBRASIL

Nesta sexta-feira (18), o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, irá proferir Aula Magna para o curso de Direito do UniBrasil Centro Universitário, no Auditório Cordeiro Clève, às 19h. Na ocasião o ministro irá abordar um dos temas de maior importância da atualidade para os operadores do Direito: "O novo Código de Processo Civil", instituído pela Lei nº 13.105/2015, que entra em vigor a partir de 18 de março de 2016, coincidindo com a data do evento. Fux atuou como presidente da Comissão que elaborou o Novo Código de Processo Civil, o que torna sua palestra essencial para estudantes, professores e toda comunidade acadêmica.

SERVIÇO

Evento: Aula Magna
com o ministro Luiz Fux

Data: 18 de março,
às 19h

Local: Auditório Cor-
deiro Clève – Bloco 6 –
UniBrasil

15 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juíza transfere processo contra Lula para Moro

Maria Priscilla Veiga de Oliveira justifica que os possíveis delitos relacionados ao imóvel estão sob apuração da Lava Jato e devem ser investigados na esfera federal

A juíza Maria Priscilla Veiga de Oliveira, da 4ª Vara Criminal de São Paulo, encaminhou à 13ª Vara Federal de Curitiba (PR) o processo que apura se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva cometeu crime de lavagem de dinheiro. Na semana passada, o Ministério Público de São Paulo ofereceu denúncia e pediu a prisão preventiva de Lula sob a acusação de que o ex-presidente é o proprietário oculto de um apartamento triplex no Guarujá, litoral paulista.

Na decisão, Maria Priscilla justifica que os possíveis delitos relacionados ao imóvel estão sob apuração da Operação Lava Jato e devem ser investigados dentro do contexto do esquema nos inquéritos abertos na esfera federal. Com isso, o processo passará a integrar o conjunto sob responsabilidade do juiz federal Sérgio Moro.

“O pretendido nestes autos, no que tange às acusações de prática de delitos chamados de ‘lavagem de dinheiro’ é trazer para o âmbito estadual algo que já é objeto de apuração e processamento pelo Juízo Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR

e pelo MPF [Ministério Público Federal], pelo que é inegável a conexão, com interesse probatório entre ambas as demandas, havendo vínculo dos delitos por sua estreita relação”, diz a decisão. A magistrada também removeu o sigilo do processo.

FÁBIO CAMPANA

Moro sensibilizado

O juiz Sérgio Moro, principal responsável pela Operação Lava Jato, novo herói dos brasileiros, se disse “tocado” com o apoio que recebeu nas ruas quando mais de seis milhões defenderam a Operação Lava Jato e pediram o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). “Neste dia 13, o Povo brasileiro foi às ruas. Entre os diversos motivos, para protestar contra a corrupção que se entranhou em parte de nossas instituições e do mercado. Fiquei tocado pelo apoio às investigações da assim denominada Operação Lavajato”, diz Moro.

15 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Defesa pede reforço na segurança para delator da Publicano

Loriane Comeli

Reportagem Local

Em razão da autorização do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para abertura de inquérito contra o governador Beto Richa (PSDB) para apurar supostas doações de dinheiro ilegal – proveniente de propina do esquema de corrupção na Receita Estadual de Londrina, com ramificações pela cúpula, em Curitiba – à campanha de reeleição, em 2014, a defesa do principal delator do esquema pediu reforço à segurança do auditor Luiz Antonio de Souza.

Ele está preso na unidade um da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 1) e, desde maio de 2015, quando fez acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP), já teria sido ameaçado de morte em três diferentes ocasiões. Os portadores das ameaças seriam presos de confiança: duas vezes foram ameaças verbais e, numa terceira, foi entregue a Souza um bilhete.

Na petição dirigida ao juiz Juliano Nanuncio, da 3ª Vara Criminal Criminal, onde tramitam os processos relativos à Operação Publicano o advogado Eduardo Duarte Ferreira argumenta que abertura do inquérito contra o governador aumentaria riscos contra seu cliente, uma vez que ele poderá ser ouvido para reafirmar declarações no acordo de de-

lação. “Tais questões afloram sentimentos de absoluto cuidado com a integridade física do requerente, já, outrora, ameaçada por interesses muito menores”, escreveu Ferreira.

À frente, completou, afirmou que “logicamente não se imputa ao governador qualquer ação imprópria, porém, a cautela do caso induz o reconhecimento claro de que interesses enormes estão em jogo, sendo o requerente pilar de sustentação das acusações a serem investigadas pelo Superior Tribunal de Justiça”. Apesar disso, acentua que “o ora investigado, governador do Estado do Paraná, é o efetivo controlador do sistema penal denominado PEL 1, sendo também comandante legal das forças policiais estaduais”.

Entre as medidas, Ferreira pede isolamento total de Souza, que hoje divide cela com outro preso; vigilância diuturna por meio de câmeras; e preparo das refeições por sua família. Nanuncio não apreciou o pedido, alegando que a competência é da Vara de Execuções Penais (VEP). Ferreira informou que formulará o pedido à VEP.

Em interrogatório perante o juiz da 3ª Vara Criminal, relativamente ao processo

da Publicano 1, Souza reafirmou termos da delação, inclusive o suposto recolhimento de propina por auditores fiscais que teriam sido destinados à campanha do tucano. A ordem de arrecadação teria partido do empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador, ao então inspetor-geral de Fiscalização (segundo cargo mais importante da Receita do Paraná), Márcio de Albuquerque Lima.

O auditor foi preso em flagrante em 13 de janeiro do ano passado, quando estava em um motel com um adolescente. Ficará na cadeia até 30 de junho, data prevista para ser posto em prisão domiciliar, conforme o acordo com o MP. Ele responde também por crimes sexuais.

15 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Londrinense está na lista tríplice do MP

Reportagem Local

O ex-coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, procurador de Justiça Claudio Esteves, está na lista tríplice do Ministério Público (MP) do Paraná, de onde sairá o procurador-geral de Justiça do Estado. Ele foi o segundo colocado na eleição realizada ontem pela instituição e obteve 284 votos. Em primeiro lugar ficou o procurador de Justiça Ivonei Sfoggia, 473 votos. Completa a lista a promotora de Justiça Fernanda Nagl Garcez, 274.

Segundo a assessoria de imprensa, participaram da eleição 709 membros do MP – ao todo são 719 integrantes – e cada um pôde votar em até três candidatos. Houve três votos em branco e nenhum nulo. A lista tríplice será encaminhada, na sequência, ao governador Beto Richa (PSDB) que tem a atribuição para, dentre os escolhidos pela classe, indicar quem vai ocupar o principal cargo na hierarquia estadual do MP.

Esteves já atuava em Londrina, na antiga Promotoria de Investigações Criminais (PIC), quando foram deflagradas as investigações do escândalo Ama/Comurb, na gestão do ex-prefeito Antonio Belinati. Recentemente, comandou o Gaeco nas primeiras ações da operação Publicano, sobre supostos atos de corrupção na Receita Estadual.

O novo procurador-geral de Justiça vai substituir Gilberto Giacoia, que está à frente da Instituição há quatro anos. Também participaram do pleito os procuradores de Justiça Mário Sérgio de Albuquerque Schirmer, que recebeu 264 votos; o também londrinense Bruno Sergio Galati, 263 votos; Maria Lúcia de Figueiredo Moreira, 212; e Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertocin, com 74 votos.

O procurador-geral de Justiça é o chefe máximo do Ministério Público Estadual. É dele a competência para propor alguns tipos de ações, como as que envolvem juízes, promotores de Justiça, deputados, prefeitos e governador.

15 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

De bem com o povo

Depois do juiz federal Sérgio Moro, que no domingo divulgou nota agradecendo as manifestações de apoio à Operação Lava Jato, ontem foi a vez da Polícia Federal. Por meio da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), a instituição comentou as passeatas contra a corrupção. "Em todos os atos espalhados pelo país, as vozes das ruas saíram em defesa da Polícia Federal e das investigações." Diz, ainda, a nota dos delegados que milhares de pessoas assinaram a Carta do Povo Brasileiro pela Autonomia da PF, pela autonomia orçamentária, administrativa e funcional da Polícia Federal.

Tucano no mensalão

O candidato do PSDB que perdeu as eleições para o governo de Minas Gerais em 2014, João Pimenta da Veiga, se tornou réu em ação movida pelo Ministério Público Federal que o acusa de lavagem de dinheiro. O processo foi acolhido pela 4ª Vara Federal de Belo Horizonte no último dia 3. Pimenta da Veiga teria recebido, entre março e abril de 2003, quatro repasses das agências de publicidade de Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, condenados pelo mensalão petista e réus no mensalão tucano, que totalizaram R\$ 300 mil. O advogado de Pimenta da Veiga, Sânzio Nogueira, disse que recebeu a denúncia com "grande perplexidade" e que irá "corrigir a descabida acusação" na Justiça.

Cassol

Pedido de vista feito pelo ministro Gilmar Mendes, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), suspendeu o julgamento de recurso apresentado pelo senador Ivo Cassol (PP-RO). Ele pode ter o mandato cassado por supostamente ter se beneficiado de evento religioso durante a campanha de 2010. O culto, ocorrido em setembro daquele ano, foi conduzido pelo pastor Valdemiro Santiago, líder da Igreja Mundial do Poder de Deus. O relator, ministro Henrique Neves, acolheu o recurso do senador para julgar improcedente a ação movida pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), mas Mendes solicitou vista do processo para melhor analisar o assunto.

15 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ NAS MÃOS DE MORO

Juíza de São Paulo encaminha denúncia de lavagem de dinheiro contra ex-presidente

A juíza Maria Priscilla Veiga de Oliveira, da 4ª Vara Criminal de São Paulo, encaminhou à 13ª Vara Federal de Curitiba (PR) o processo que apura se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva cometeu crime de lavagem de dinheiro. Na semana passada, o Ministério Público de São Paulo ofereceu denúncia e pediu a prisão preventiva de Lula sob a acusação de que o ex-presidente é o proprietário oculto de um apartamento triplex no Guarujá, litoral paulista.

Na decisão, Maria Priscilla justifica que os possíveis delitos relacionados ao imóvel estão sob apuração da Operação Lava Jato e devem ser investigados dentro do contexto do esquema nos inquéritos abertos na esfera federal. Com isso, o processo passará a integrar o conjunto sob responsabilidade do juiz federal Sérgio Moro. A magistrada também retirou o sigilo do processo.

NOVO MINISTRO?

Após a juíza Maria Priscilla Oliveira remeter para Curitiba o processo relativo ao triplex no Guarujá, aumentaram para "90% ou mais" as chances de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva virar ministro. A avaliação é de assessores do Palácio do Planalto. Caso isso aconteça, o processo contra o

A DENÚNCIA

Os promotores do Ministério Público de São Paulo (MP) Cássio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Moraes de Araújo disseram ter colhido duas dezenas de depoimentos que comprovariam que o apartamento era "destinado" ao ex-presidente e sua família. O MP acusa Lula de lavagem de dinheiro na modalidade ocultação de patrimônio e falsidade ideológica. Segundo o MP, cerca de 20 pessoas relataram que o triplex era destinado ao ex-presidente e sua família. Além de Lula, foram denunciados por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, sua esposa, Marisa Letícia, por participação em lavagem de dinheiro; e seu

filho, Fábio Luiz Lula da Silva, por participação em lavagem de dinheiro.

O Instituto Lula nega que o ex-presidente seja dono do apartamento triplex, alvo das investigações, e diz que o procurador Cássio Conserino usa a investigação para fins políticos. A defesa de Lula informou que irá recorrer da decisão. Segundo os defensores do ex-presidente, não há qualquer elemento concreto que possa vincular o triplex ou a suposta reforma realizada nesse imóvel a desvios da Petrobras. 'O que existe

é imputação de uma hipótese, insuficiente para motivar uma acusação criminal", alegam.

ex-presidente passa para o Supremo Tribunal Federal (STF), já que o petista ganharia prerrogativa de foro privilegiado. Neste caso, as denúncias contra ele deixariam de ser investigadas pelo juiz Sérgio Moro, considerado duro contra os investigados pela Operação Lava Jato. Segundo interlocutores,

Lula conversou ontem com a presidente Dilma Rousseff e acertou que entre hoje e amanhã dará uma resposta definitiva ao convite para assumir um ministério. No Planalto, a ideia é que ele exerça um papel de articulação política, mas a pasta exata não estaria definida. (Da Redação)

15 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PRESSA

Interessado em iniciar o quanto antes o processo de impeachment da presidente Dilma, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), informou aos deputados que eles podem ter que ficar em Brasília até sexta-feira. O Supremo Tribunal Federal (STF) responderá amanhã aos questionamentos apresentados pelo Legislativo.

Rito

Leita a comissão especial, em 48 horas são escolhidos o presidente e o relator da comissão. Em 15 sessões do plenário da Câmara, o parecer é votado no colegiado e encaminhado ao presidente da Câmara, que faz sua leitura e encaminha o documento para publicação no Diário Oficial. Quarenta e oito horas depois, o parecer é incluído na Ordem do Dia para votação aberta, com chamada nominal. Se o parecer for pela aprovação do seguimento do processo, ele precisa ser aprovado por 342 votos para que o impeachment siga para o Senado.

MONARQUISMO

Manifestantes aproveitaram o protesto no Rio para pedir a volta da família real. O herdeiro Dom Antônio João de Orleans e Bragança, terceiro na linha sucessória da família real, participou do ato em Copacabana. Grupos defensores da volta da monarquia distribuíram panfletos enaltecendo o Segundo Reinado, de D. Pedro II. O panfleto compara que no Segundo Reinado houve estabilidade econômica, média de inflação de 1,58% ao ano e o Brasil era a "quarta economia do mundo".

15 MAR 2016

BEMPARANÁ

Cargos

O Ministério Público Estadual enviou ontem proposta à Assembleia que prevê a criação de 60 novos cargos em comissão para o órgão. O impacto nos cofres públicos seria de R\$ 6,6 milhões em 2016 e R\$ 8,3 milhões em 2017.

Defasagem

Na justificativa da proposta, o MP alega que a criação dos cargos vai "suprir necessidades decorrentes da nova realidade institucional, por efeito da grande defasagem do número de cargos dos serviços auxiliares" do órgão "em segundo grau, em relação aos do Poder Judiciário que, com a implantação do processo digital, acelerou significativamente a movimentação processual".

15 MAR 2016

BEMPARANÁ

Juíza manda denúncia contra Lula para Moro

Justiça de SP alega que caso de triplex já está sendo
investigado pela Lava Jato

A juíza Maria Priscilla Ernandes, da 4ª Vara Criminal de São Paulo, decidiu mandar para o juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, ontem, a denúncia e o pedido de prisão feitos pelo Ministério Público estadual contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso triplex. Segundo a magistrada, "como é público e notório, tramita perante aquela Vara (13ª Vara Federal de Curitiba) os processos da chamada 'Operação Lava Jato', mencionada pelos denunciadores em sua peça".

O Juízo da 4ª Vara Criminal Central levantou o sigilo do processo para conhecimento público e garantia constitucional (prevista no art. 5º, LX, da CF). A juíza fundamenta que "o pretendido nestes autos, no que tange às acusações de prática de delitos chamados de 'Lavagem de Dinheiro', é trazer para o âmbito estadual algo que já é objeto de apuração e processamento pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR e pelo MPF, pelo que é inegável a conexão, com interesse probatório entre ambas as demandas, havendo vínculo dos delitos por sua estreita relação".

Os autos serão encaminhados para reunião com os da Operação Lava Jato. "Como consequência lógica pela declinação da competência, absoluta, deixo de analisar os pedidos de cautelares

formulados na denúncia, bem como o pedido de prisão preventiva, entendendo que não há urgência que justifique a análise por este Juízo, até porque os requerimentos já foram todos divulgados publicamente pelo próprio MPSP, sendo de conhecimento inclusive dos indiciados", determinou a juíza.

O Ministério Público de São Paulo denunciou criminalmente o ex-presidente Lula no caso do triplex 164-A, no Condomínio Solaris, no Guarujá na quinta-feira da semana passada.

15 MAR 2016

BEMPARANÁ

Dilma define Aragão como novo ministro da Justiça

A presidente Dilma Rousseff decidiu ontem substituir o atual ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, que assumiu no início do mês. Em seu lugar, ela nomeou o subprocurador-geral da República Eugênio José Guilherme de Aragão.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que Wellington deveria pedir exoneração do cargo de promotor de Justiça do Ministério Público (MP) da Bahia, caso quisesse permanecer no cargo. A decisão foi tomada após questionamento feito à Corte sobre a impossibilidade de membros do Ministério Público assumirem cargos do Executivo.

A mudança foi informada há pouco pelo Palácio do Planalto, por meio de nota à imprensa. O comunicado informa que o próprio Wellington Silva apresentou pedido de demissão. Segundo o texto, Dilma o agradece pelo "seu compromisso e desprendimento".

O novo ministro tem 56 anos e nasceu no Rio de Janeiro. Ele é doutor em direito pela Ruhr-Universität Bochum (na Alemanha) e professor da Universidade de Brasília (UnB) desde 1997.